

RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.365 - RS (2015/0289861-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ART INOX INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA
ADVOGADO : MARCIO LEANDRO WILDNER E OUTRO(S) - RS051810
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 408):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NULIDADE DA CDA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À TERCEIROS. MULTA MORATÓRIA. SELIC. LEGALIDADE.

1. Não há falar em nulidade do título executivo, porquanto presentes os requisitos legais e indicada a legislação pertinente a cada acréscimo. Ademais, a dívida ativa regularmente inscrita é dotada de presunção *juris tantum* de certeza e liquidez, só podendo ser afastada por prova inequívoca.

2. Em se tratando de débitos confessados pelo próprio contribuinte (GPIF), dispensa-se a figura do ato formal de lançamento, desde que a cobrança dos créditos se dê pelo valor declarado. Precedentes desta Turma e do STJ.

3. A contribuição de 0,2%, destinada ao Incra, qualifica-se como contribuição interventiva no domínio econômico e social, possui referibilidade direta para com o sujeito passivo e é validamente exigível, mesmo de empresas urbanas.

4. Como a contribuição ao INCRA não possui natureza previdenciária, não foi extinta pelas Leis nºs 7.789/89 e 8.212/91, sendo plenamente exigível.

5. A contribuição ao SEBRAE, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pela STF, não é nova, tratando-se, na verdade, de adicional às alíquotas das contribuições ao Sesi/SENAI e ao Sesc/SENAC, apesar de ser totalmente autônoma e desvinculada daquelas que a originaram.

6. O Plenário do STF julgou constitucionais os artigos 3º, II, da Lei nº 7.787/89 e 22, II, da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 9.732/98, assentando a legitimidade da cobrança da contribuição ao SAT incidente sobre o total das remunerações pagas tanto aos empregados, quanto aos trabalhadores avulsos (RE nº 343.446, Rel. Min.

Carlos Velloso, unânime, D.J. de 04/04/2003).

7. A cobrança do salário-educação não padece de mácula de ilegalidade ou inconstitucionalidade. Súmula nº 732 do STF.

8. Não há qualquer mácula à cobrança da taxa Selic como taxa de juros, abrangente da correção monetária. Ademais, compete ao embargante demonstrar, documentalmente, a existência de erros no cálculo e o conseqüente excesso de execução.

Superior Tribunal de Justiça

9 Não há qualquer ilegalidade na aplicação da multa em comento, no percentual de 20%, porquanto de acordo com o dispositivo legal aplicável à hipótese, qual seja, o art. 61, §§1º e 2º, da Lei nº 9.430/96.

Embargos de declaração rejeitados à fl. 437.

O recorrente alega:

a) violação do art. 3º do CTN, 5º, XXXV, e 150, I, da CF/88, ao argumento de que a confissão de dívida fiscal é meio inábil para o surgimento da obrigação tributária, declarar a nulidade das CDA's e extinguir a Execução Fiscal aqui recorrida;

b) violação do art. 2º, § 5º, III, da LEF; 202, III c/c o 203 do CTN, sob a alegação da inexistência dos requisitos básicos da CDA, já que não houve, de forma clara e precisa, a capitulação legal correta através da qual é possível identificar a origem da CDA;

c) violação do art. 142 do CTN, já que a recorrente diz não ter sido devidamente notificada do lançamento efetuado pelo embargado;

Quanto às questões de fundo, sustenta:

d) que não está mais obrigada a contribuir para o custeio da Previdência Social com qualquer quota relacionada com o INCRA e requer que seja expungida do montante em execução a contribuição ao INCRA, tendo em vista o fato da Recorrente estar vinculada, unicamente, à previdência urbana;

e) que não há como sustentar a validade da delegação de elemento essencial do tributo, em referência à cobrança do SAT, inclusive dando margem a majoração disfarçada do mesmo, sob pena de afronta ao § 1º do artigo 68 combinado com o inciso I do artigo 48, ambos da Constituição Federal de 1988;

f) que resta clara a inconstitucionalidade da contribuição ao SEBRAE;

g) que, em se admitindo como verdadeira e válida a autuação levada a efeito pelo Embargado, de pronto estar-se-á admitindo, também, que a contribuição previdenciária incidente na Gratificação Natalina poderia ser exigida duplamente;

h) que o salário educação não foi recepcionado pela atual Constituição Federal e que, por isso, deve ser rechaçada a pretensão do Embargado de impor à Recorrente a cobrança do salário educação, sob pena de afronta e negativa de vigência ao quanto dispõe os seguintes dispositivos legais: artigo 178 da Constituição Federal de 1967; Emenda Constitucional nº 1/69; artigos 62; 65; 97; 146, III; 149; 150, I e III; 212, § 5º (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96), todos da Constituição Federal de 1988; artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988) e artigo 3º do Código Tributário Nacional, além do precedente do Supremo Tribunal Federal autuado sob o nº 146.733; e

i) que é inaplicável a Taxa SELIC como fator de indexação da correção monetária, primeiro porque não possui previsão legal, o que afronta os artigos 161, § 1º do Código Tributário Nacional, e artigos 150 e 192, § 3º da CF/88; segundo porque se trata de taxa remuneratória, implicando, inclusive na incidência de capitalização de juros, o que ofenderia o artigo 167, parágrafo único do CTN, bem como o artigo 5º, *caput*, da CF/88.

Contrarrazões às fls. 629-638.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 653.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até

Superior Tribunal de Justiça

então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

No tocante **aos itens "a" e "b"**, relativos a alegação de nulidade da CDA, deixou o recorrente de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, a dívida ativa regularmente inscrita é dotada de presunção *juris tantum* de certeza e liquidez, só podendo ser afastada por prova inequívoca. Portanto, cabe o ônus da prova à parte executada/embargante, que não juntou documentos comprovando a inexigibilidade, a incerteza ou a iliquidez da CDA, resta mantido o título executivo e incólume a execução dela decorrente." (fl. 411).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide ao caso a Súmula 283/STF.

No que diz respeito à ausência de notificação (**item "c"**), a pretensão é, igualmente, inadmissível, pois o recorrente não impugnou o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "desde o momento da declaração, que se confunde com o próprio lançamento, comprovada está a desnecessidade de notificação, pois o contribuinte/embargante tinha pleno conhecimento da dívida." (fl. 411). Essa situação enseja, mais uma vez, a aplicação da Súmula 283/STF.

Relativamente à questão de fundo (**itens "d", "e", "f", "g", "h" e "i"**), tem-se que a Corte local dirimiu a controvérsia sob enfoque exclusivamente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

A propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LC 51/1985. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. EXAME EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTE ESPECÍFICO.

1. A controvérsia dos autos foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base no art. 40, § 4º, da Constituição Federal, de modo que o recurso especial se apresenta inviável, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal. Nesse mesmo sentido: AgInt no REsp 1.745.465/PI, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 5/2/2019.

2. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1764401/PI, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 02/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL DO POLICIAL CIVIL. LEI COMPLEMENTAR 51/1985. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO PIAUÍ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança em que se discute se a Lei Complementar 51/1985 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, após a edição da Emenda Constitucional 41/2003, que alterou as

Superior Tribunal de Justiça

regras de aposentadoria, no que tange ao pagamento dos proventos de forma integral.

2. A leitura atenta do acórdão combatido revela que toda a fundamentação que conduziu a conclusão do julgamento do Tribunal de origem pautou-se sobre a análise de dispositivos e princípios constitucionais, o que impede a sua revisão nesta seara especial, sob pena de usurpação de competência do Colendo Supremo Tribunal Federal. Precedentes: AgInt no REsp. 1.682.987/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 2.8.2018; AgInt no AREsp. 1.187.299/SE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 25.4.2018.

3. Agravo Interno do ESTADO DO PIAUÍ a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.745.465/PI, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 5/2/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

